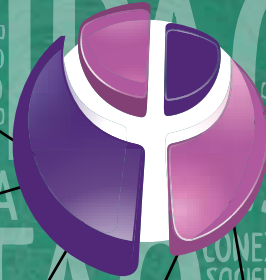




Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

PSI

nº 189 • Outubro | Novembro | Dezembro • 2016



CONSELHO INICIA NOVA GESTÃO

Em fase de planejamento estratégico, CRP-SP destaca a inserção social como prioridade

6 **MATÉRIA ESPECIAL**
Acordo de paz na Colômbia

10 **PERSPECTIVA DO USUÁRIO**
Movimento secundarista e o terror psicológico do Estado

26 **UM DIA NA VIDA**
Psicóloga relata trabalho com mulheres e aborto legal

**ORIENTAÇÃO | NOTAS TÉCNICAS**

Veja as respostas para algumas das dúvidas e demandas que mais chegam à Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho.

MATÉRIA ESPECIAL | ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA

Por que os colombianos disseram “não” no plebiscito sobre o acordo de paz? De que forma a psicologia pode contribuir para a memória e a reparação num contexto de mais de 50 anos de guerra interna?

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | MOVIMENTO SECUNDARISTA

O terror psicológico do Estado contra secundaristas e suas famílias.

QUESTÕES ÉTICAS | LAICIDADE E PSICOLOGIA

A importância e a complexidade do debate entre a profissão e as relações com religião e religiosidade.

CAPA | APRESENTAÇÃO DA NOVA GESTÃO

Conheça os princípios e o que pretende o grupo que estará à frente do CRP-SP pelos próximos três anos.

CARTA À/O PSICÓLOGA/O | SAÚDE DO TRABALHADOR

Profissionais de saúde precisam notificar casos de violências ou transtornos mentais relacionados ao trabalho

AMÉRICA LATINA | DIA DA PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA

Comemorado em 8 de outubro, a data foi marcada por debates sobre a conjuntura política no continente.

UM DIA NA VIDA

A psicóloga Daniela Pedroso compartilha as questões com as quais trabalha com mulheres que fazem aborto legal no Hospital Pérola Byington.

ESTANTE | MURAL

Entre outras dicas culturais, confira a Ocupação Abdias Nascimento, exposição que traz o legado desse importante artista e ativista pelos direitos da população negra no Brasil.

4

6

10

13

16

22

23

26

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP-SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Aristeu Bertelli da Silva
Vice-presidenta | Clarice Pimentel Paulon
Secretária | Camila Teodoro Godinho
Tesoureiro | Vinicius Cesca de Lima

Conselheiras/os

Andrea Mataresi, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Luciana Stoppa dos Santos, Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva

Realização

Jornalista responsável Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)

Reportagens e Edição Gabriela Moncau
Direção de arte Sergio Rossi

Capa | Arte Sergio Rossi | Foto: Divulgação CRP-SP

Revisão CRP-SP

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 92.000 exemplares

Sede CRP-SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP-SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte |

tel. (12) 3631-1315



DA HISTÓRIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Começamos em 25 de setembro o XV Plenário do CRP-SP, gestão 2016-2018. Após uma campanha intensa e propositiva, assumimos o maior Conselho Regional de Psicologia do Brasil, com desafios e estratégias em um momento de muitos questionamentos quanto à legitimidade do processo democrático no país.

Durante o período eleitoral nos mantivemos atentos às nossas diretrizes e propostas de ação, aos eixos centrais da plataforma que sustentaremos nesse triênio: *Práticas Psicológicas, Psicologia Orientada por Princípios, Psicologia em evidência, Diálogos e Parcerias para a Organização da Profissão* com o intuito de manter uma psicologia com comprometimento social, sustentada nas nossas mais diversas práticas e direcionadas por nossos princípios éticos. Uma psicologia para além de nossos paradigmas hegemônicos, que se sustente por sua relação com as diferenças.

Isso só nos foi possível devido à nossa história. Lembrar da história da psicologia no Brasil, atualizá-la e refletir sobre seus diversos posicionamentos dentro da sociedade nos faz localizar a psicologia na contemporaneidade e saber sobre suas potencialidades. De uma ciência normativa com princípios individualizantes, a psicologia brasileira em sua relação com as psicologias da América Latina se tornou uma ciência polivalente, focada nas práticas de cuidado

e seus efeitos subjetivantes com foco nas possibilidades transformativas do sujeito e da sociedade. A nossa noção de diagnóstico foi reformulada concomitantemente a nossa reestruturação da rede de saúde mental: importante dado que nos aponta o quanto nossa práxis se atualiza a partir das transformações na sociedade, pautadas nos direitos humanos.

Sem história não se faz percurso: poder saber das transformações da psicologia no Brasil em relação aos processos sociais nos faz caminhar no campo da ética e das práticas de cuidado. O que diagnosticamos, nos falta no atual momento político do Brasil: não compreender os processos históricos nos faz, invariavelmente, repetir posicionamentos já fracassados e estratégias estéreis: é a partir da memória que vêm nossas capacidades transformativas.

Assim iniciamos essa gestão. Em tempos temerários, mas sem nunca esquecer da nossa história e das potências da psicologia na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime! Que consigamos manter e construir um CRP-SP consonante aos direitos humanos. Lembrar para transformar, transformar para permanecer.

**XV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



Ilustração: Sergio Rossi



O que mais se PERGUNTA

Confira as respostas para as dúvidas mais frequentes que chegam à Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP

Por correio, pessoalmente, telefone ou e-mail. As questões que chegam à Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-SP, instância permanente do Conselho, são muitas e vêm por todos os meios disponíveis. Ainda que a maioria das perguntas seja feita por psicólogas/os, não são raras as vezes em que o contato com a COF é feito por estudantes, instituições e usuários dos serviços de psicologia. Quando não são psicólogas/os, as questões costumam estar relacionadas aos direitos do público frente aos atendimentos psicológicos ou a queixas e orientações para fazer denúncias formais.

A COF lida, além da fiscalização, com a orientação relacionada a aspectos do exercício profissional. Diferente de uma supervisão, que varia conforme a linha teórica de cada profissional, a COF é norteadas pelas legislações, regulamentações e normativas que regem a psicologia. O *Jornal Psi* compilou as respostas dadas a algumas das dúvidas mais frequentes. Confira ao lado:

Contratos e honorários

O que devo considerar ao estabelecer um contrato de trabalho com o usuário do serviço de psicologia?

O contrato refere-se às condições em que o serviço de psicologia será realizado. Representa, então, o que as partes envolvidas, de comum acordo, estabeleceram e aceitaram, implicando na definição do objetivo, tipo de trabalho a ser realizado, condições de realização do serviço oferecido e acordo dos honorários.

O contrato tem que ser por escrito?

Não. Fica a critério da/o psicóloga/o a melhor maneira de formalizá-lo, podendo decidir por um contrato escrito ou um acordo verbal.

E em relação aos honorários, quanto cobrar pelos serviços?

A/O psicólogo/a considerará a justa retribuição pelos serviços prestados, estabelecendo valores de acordo com as características da atividade realizada e considerando as condições do usuário.

Existe alguma tabela de honorários do CRP-SP?

Existe uma Tabela Referencial de Honorários que é disponibilizada pelo Sistema Conselhos, sendo sua elaboração e atualização feitas pela Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI). Os valores são meramente sugestivos: não há obrigatoriedade de adotá-los.

Existe piso salarial para a categoria de psicólogas/os?

Até o momento não foi aprovada Lei que defina um salário mínimo para as/os psicólogas/os.

Questões trabalhistas

A quem a/o psicóloga/o deve recorrer quanto às suas condições de trabalho?

O Conselho de Psicologia recebe constantemente queixas sobre condições adversas de trabalho e perguntas referentes à Contribuição Sindical Anual. Essa competência é do Sindicato das/os Psicólogas/os, que tem dentre suas prerrogativas representar, perante as autoridades, os interesses gerais ou individuais das/os suas/seus associadas/os, inclusive em questões judiciais ou administrativas, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) artigo 513 e 514. É o sindicato que acolhe e trabalha com as demandas das/os psicólogas/o no que diz respeito à suas condições de trabalho. A/O profissional deve consultar diretamente o SinPsi de sua região para obter informações acerca das correspondências e/ou cobranças por este emitidas. Acesse: www.sinpsi.org.br.

Sigilo

O que é o Registro Documental?

Um documento de caráter sigiloso que reúne informações com o objetivo contemplar de forma sucinta o trabalho prestado, a descrição e a evolução da atividade e os procedimentos técnico-científicos adotados (Resolução CFP n.º 001/2009 artigo 1.º). Diferencia-se do Prontuário por considerar a restrição

do compartilhamento de informações com o usuário e/ou beneficiário do serviço, pela natureza da atividade ou razões pautadas em normas específicas.

Afinal, o que é o sigilo profissional?

O sigilo significa manter sob proteção as informações e os fatos conhecidos por meio da relação profissional em que estão implicadas a confiabilidade e a exposição da intimidade do usuário.

Em algum momento a/o psicóloga/o pode quebrar o sigilo?

O artigo 10 do Código de Ética dispõe sobre a possibilidade da/o psicóloga/o decidir pela quebra do sigilo, sendo que deverá estar pautada/o pela análise crítica e criteriosa da situação, tendo em vista os princípios fundamentais da ética profissional e a direção da busca do menor prejuízo. É preciso analisar a situação à luz do próprio Código de Ética, por envolver um conjunto de fatores a serem verificados: motivo da quebra de sigilo, circunstâncias em que ocorreu, modo de operar a quebra de sigilo e suas consequências.

Quando a/o psicóloga/o precisar compartilhar informações com outros profissionais, o que pode ser dito?

O sigilo implica também que, quando houver necessidade de informar a respeito do atendimento a quem de direito, deve-se oferecer apenas as informações necessárias para a tomada de decisão que afete o usuário ou beneficiário.

Se a/o psicóloga/o não tem certeza sobre manter o sigilo de uma situação, o que fazer?

Em caso de dúvida, é também importante que a situação da quebra de sigilo seja compartilhada e discutida com outras/os profissionais envolvidas/os no atendimento ou, quando não houver, que a/o psicóloga/o busque supervisão profissional ou a orientação do próprio Conselho para auxiliá-la/o na reflexão crítica para uma tomada de decisão fundamentada.

E no caso de atendimento a crianças e/ou adolescentes, o que pode ser compartilhado com os responsáveis?

Nestes casos é importante o cuidado para comunicar ao "responsável apenas o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício" (Art. 13 do Código de Ética)■

*fale com a COF: orientacao@crpsp.org.br
tel.: 11 3061-9494 -ramal 374

A PSICOLOGIA EM ZONAS DE CONFLITO: COLÔMBIA E A (NÃO) PAZ

O plebiscito, os impactos de uma guerra interna de mais de meio século e contribuições da psicologia para a memória e a reparação

O mundo todo acompanhou (sem saber muito bem o que pensar) o plebiscito feito em outubro em que o povo colombiano recusou o acordo de paz que há quatro anos vinha sendo construído entre o governo e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). A diferença entre o “sim” e o “não” foi de menos de 60 mil votos. A grande vencedora, na realidade, foi a abstenção: 63%. Os debates acerca de um possível (ou não) fim do conflito armado que dura mais de meio século entre guerrilhas, paramilitares e agentes do Estado seguem intensos. O balanço das últimas cinco décadas é de mais de 260 mil mortos, 45 mil desaparecidos e 6,9 milhões de desalojados.

Entre os maiores questionamentos ao acordo de paz – veiculados em feroz campanha encabeçada pelo ex-presidente Álvaro Uribe – estavam as críticas às cadeiras no Senado e na Câmara que as FARC receberiam, enquanto novo partido político, nos ciclos legislativos seguintes, além do processo de anistia. “Uribe tem defendido a teoria de que a única razão dos infortúnios, de nossas tristezas, está na ameaça das FARC. E que somente quando conseguir acabar

com elas o país florescerá de novo como uma ave fênix”, diz María Jimena Duzán no livro *Así gobierna Uribe*. O assassinato de seu pai pelas FARC, as acusações de vínculos com paramilitares e a alta popularidade durante os anos em que governou a Colômbia (de 2002 a 2010) são algumas das características do “currículo” de Uribe.

“Se o ‘não’ vencer, não temos plano B”, falou em uma declaração-deslize o presidente Juan Manuel Santos pouco antes do referendo. Pois o plano B teve que nascer. Em meio a incertezas, o governo e as FARC insistiram na necessidade de acertar novo acordo. Enquanto isso 7 mil guerrilheiros – e tantos outros milicianos – esperam instruções se iniciam ou não o desarmamento. A pressa deles contrasta com a “paciência” exigida pelos partidários do “não” – acusados de quererem atrasar o debate para aproximá-lo dos períodos de campanha eleitoral em 2018. O novo texto do acordo, elaborado novamente em Havana, supostamente incorpora exigências dos descontentes. Nenhuma nova consulta, no entanto, será feita. Agora é o Congresso quem trata do acordo.



Enquanto o embate da opinião pública a respeito do tema se acirra, os gatilhos não descansam. Erley Monroy e Hugo Cuéllar, dois líderes sociais ligados à esquerda colombiana, sofreram atentados nesse final de novembro – o primeiro morreu, o segundo está em estado crítico. “Ressurge o sangrento fantasma do paramilitarismo”, afirmou reportagem do *El País*, ao relatar que a autoria desses e de mais cinco atentados foi assumida pelas Autodefesas Unidas da Colômbia em um panfleto dizendo que fariam “a limpeza dos milicianos e testas-de-ferro das FARC”.

O “não” ao acordo de paz

“O voto negativo e a abstenção não implicam uma rejeição à paz”, considera o escritor e político peruano, Mário Vargas Llosa, no artigo *A paz possível*: “manifestam ceticismo profundo diante da natureza do acordo firmado”.

Para o psicólogo colombiano Edgar Barrero, secretário geral da ULAPSI (União Latino-americana de Entidades da Psicologia), a vitória do “não” no plebiscito “significa a vitória das tradicionais fórmulas de guerra

psicológica através das quais se elegem governos autoritários”. Por outro lado, pondera, “temos de reconhecer que faz falta muita coerência àqueles que dizem que enfrentam essas formas de fazer política. Muitas vezes não passa de discursos de *facebook*”.

Subjetividade construída na guerra

“As pessoas se acostumam a viver com medo, com frustração, impotência e paralisia psicossocial”, elenca Barrero, ao dizer como a guerra impacta e transforma a subjetividade. “A mentira se torna uma forma de proteger a vida, ao mesmo tempo em que é uma forma de viver o engano sistemático. Todos os corpos se impactam negativamente em uma guerra tão longa como a nossa: o corpo físico, o corpo mental, o corpo inconsciente, o corpo mágico e o corpo espiritual”, aponta o integrante do grupo Cátedra Libre Martín-Baró, se referindo à sua “Teoria dos cinco corpos”.

Em uma seção especial “Conflito e Saúde Mental”, a revista *Semana* faz menção à pesquisa feita por Jiovany Arias, da Universidade dos Andes. De uma mostra de 208 vítimas da guerra em Montes de María,

na Colômbia, 90% apresenta sintomas de depressão e em 60% dos municípios da região a totalidade dos entrevistados têm questões ligadas a ansiedade e estresse pós-traumático. “Paradoxalmente, um dos sentimentos que gera conflito entre as vítimas é a culpa. Em ‘Nombrar lo innombrable’, um trabalho do Cinep com mulheres vítimas de Antioquia, há casos como o de um jovem de 17 anos que implora à sua mãe que o salve da morte, sem que ela possa fazer nada. Assim aparece a tormentosa ideia de que as coisas seriam diferentes se os sobreviventes tivessem agido de outra forma”, destaca a reportagem.

Induções sociais e “ambivalência desejan-te”

Camila Ribeiro é psicóloga em São Paulo e esteve na Colômbia em 2014 para um projeto junto à Cátedra Libre Martín-Baró. Em alguns dias que passou na Costa, pôde acompanhar um grupo de psicólogas/os contratadas/os pela universidade num trabalho com pessoas que sofreram com a guerra. “O que mais me chamou atenção dos relatos de lá foram os sofrimentos das mulheres, porque seus corpos são usados como arma de guerra. Várias – principalmente as que têm papel de liderança – são estupradas no

“Todos os corpos se impactam negativamente em uma guerra tão longa como a nossa: o corpo físico, o corpo mental, o corpo inconsciente, o corpo mágico e o corpo espiritual”

Edgar Barrero

meio da comunidade. Outras tantas são marcadas na pele com fogo”, conta.

“Também são muitas as que ficam sozinhas, tendo seus maridos e filhos mortos, desaparecidos ou aliciados. E então são desalojadas e têm de mudar de lugar em lugar. Em Bogotá vemos muitas mulheres com seus filhos nas ruas por terem fugido do conflito. Aqui a gente fala Colômbia e todo mundo pensa nas FARC, mas quando estive lá todo mundo falava que o que mais arrasa é a crueldade dos paramilitares”, narra Camila.

No livro *De Macondo a Mancuso – Conflicto, violencia política y guerra psicológica en Colombia*, Barrero salienta efeitos subjetivos dessa guerra. Ao exemplificar o caráter instrumental da violência política, Barrero discorre sobre o que o autor Antonio Martínez chama de “indução social”: a obediência como reação a uma cultura de terror sobre a população. Indução ao silêncio (aquele que protesta tem “problemas sérios”), indução ao sentimento de culpa (“tal coisa aconteceu porque você foi se meter em assuntos políticos”), indução a considerar morta a pessoa desaparecida, indução ao esquecimento (“o país já sofreu muito por esse conflito, é melhor deixar essa história para trás e seguir”), exemplifica.

Assim, um dos efeitos da guerra psicológica é o que Edgar Barrero chama de “ambivalência desejan-te”: “uma espécie de dupla moral em que se justificam atos violentos contra os demais, mas se condenam quando recai sobre nós. Esta lógica não existe por si só, mas é o resultado de um cuidadoso processo de penetração da subjetividade”. De um lado, se constrói uma indiferença cúmplice frente às atrocidades de uma guerra. De outro, o silêncio como resultado do medo e da insegurança. Como consequência, aponta Barrero, se fragmentam e rompem processos comunitários.

Iniciativas da psicologia frente a guerra

É justamente o alcance à dimensão comunitária por meio da intervenção da psicologia um dos objetivos do *Semilleros del buentrato*, projeto da Cátedra Libre Martín-Baró do qual participou Camila Ribeiro. “O trabalho acontece em alguns municípios com longa história de relação com o conflito armado. Convidamos a comunidade – profissionais, lideranças comunitárias, trabalhadores das instituições públicas, jovens, etc. – para participar de quatro encontros de quatro horas. Ali se desenvolve uma metodologia de manejo de grupo que mistura técnicas de culturas tradicionais com bases da psicologia da libertação. O objetivo é o fortalecimento de um grupo comunitário que fique responsável por pensar formas de proteção e denúncia”, descreve Ribeiro.

Além do projeto, Camila conheceu e conviveu com membros da União Patriótica Bolivariana, que na época faziam campanha pelo voto nulo nas eleições que trouxeram Santos à presidência. “A União Patriótica



nição dos agentes executores, mas muito mais pela exigência da verdade”.

“Em Medellín, na celebração de 14 anos da Operación Orión, da qual resultaram mais de 300 assassinatos e desaparecimentos, coordenamos a realização de três atividades realizadas em um evento chamado ‘Cuerpos Gramaticales’, organizado pela militância da região da Comuna 13”, conta Betina. Na ocasião, realizaram um Ritual de Reflexividade, “metodologia de cura criada pelos fundadores da Cátedra Libre embasado em uma série de conhecimentos tradicionais indígenas”.

nasceu em 1984 quando houve o primeiro diálogo de paz – esse de agora foi o segundo. Essa formação era composta por membros da FARC que resolveram entregar as armas e formar um partido político. Ficaram muito populares, ainda mais nos municípios pequenos, e ao passo que ganharam espaço na política começaram a ser massacrados”, contextualiza Camila. No final dos anos 1980 e início dos 1990 mais de 4 mil membros da União Patriótica foram assassinados. Desse partido político (que segue vivo porém enfraquecido depois do genocídio), nasceu o movimento da União Patriótica Bolivariana, que no plebiscito recente defendeu o voto nulo também.

Betina Ticoulat se formou psicóloga pela PUC-SP em 2015 e atualmente também integra a Cátedra Libre Martin-Baró. “As ações que fazemos se dão no acompanhamento de movimentos sociais de base. Os que eu pude acompanhar mais de perto foram criados em reação a três episódios da história da Colômbia, todos relativamente recentes”, conta Betina, se referindo à “Operación Orión” (2002) na Comuna 13 de Medellín, a “Toma del Palacio de Justicia” (1985) na praça principal de Bogotá e os feminicídios em série de seis meninas adolescentes, em uma comunidade perto de Riohacha, em La Guajira (2001). A reivindicação de justiça feita pelos movimentos sociais, explica Betina, “não se dá tanto por meio do pedido pela pu-

O caso de La Guajira foi uma ação de paramilitares contra seis garotas. Cinco seguem desaparecidas e uma, de 15 anos, foi encontrada morta (depois de ter sido estuprada e torturada) na comunidade indígena onde vivia. Seu nome é Irina del Carmen. “Sua mãe, que um ano antes de perder a filha teve seu marido assassinado, há 15 anos luta por justiça e verdade. Há mais de 10 anos se realiza um acompanhamento psicológico com ela e outros familiares de Irina. Faremos uma segunda jornada de acompanhamento psicossocial à comunidade onde houve esses e tantos outros ocorridos violentos decorridos do conflito armado”, expõe Betina Ticoulat. Além das atividades que incluem psicologia do esporte, oficina de cartografias sociais, oficina de poesia, teatro do oprimido, entre outras, Betina conta que estão criando um documentário sobre o caso, “com o objetivo de dar visibilidade à história de Irina del Carmen que é repetitivamente silenciada pelo Estado e pela mídia, bem como para registrar memória sobre a luta na qual se empenha Blanca, sua mãe, há tantos anos”.

O filósofo colombiano Estanislao Zuleta, em seu livro *Colômbia: violencia, democracia y derechos humanos*, afirma que, para ele, uma sociedade melhor é uma sociedade capaz de ter melhores conflitos: “De viver não apesar deles, mas produtiva e inteligentemente a partir deles. Que só um povo cético sobre a festa da guerra, maduro para o conflito, é um povo maduro para a paz.”

“A VIOLÊNCIA ESTÁ ESCANCARADA: ESTÁ NA PELE, ESTÁ NO CORPO”



O terror psicológico sobre os secundaristas e suas famílias e possíveis contribuições da psicologia

Pelo segundo ano seguido, a chegada da primavera é acompanhada por ondas de ocupações estudantis nas escolas de ensino médio do país todo. Dessa vez, as principais bandeiras são o rechaço à Medida Provisória 746/2016 que reforma o ensino médio e a PEC 241, que congela gastos públicos por 20 anos – duas medidas anunciadas por Michel Temer. O embrião dessa fase do movimento secundarista foi no Paraná e no início de novembro já eram mais de mil escolas sob comando dos estudantes em todo Brasil. Ocupações, passeatas, resistências a reintegrações, cartazes por “escola sem empresas” – desde que barraram a reorganização escolar de Geraldo Alckmin, os adolescentes têm sido linha de frente nas principais mobilizações dos últimos tempos.

O CRP-SP e o Núcleo de São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) organizaram rodas de conversa nas escolas ocupadas no período em que a mobilização secundarista explodiu na capital paulista. “Visitamos três escolas e o objetivo era conhecer a luta e oferecer, num primeiro momento, a escuta”, relata Cinara Brito, da Abrapso. Além do relato sobre o processo de ocupação e a indignação com problemas no sistema de ensino, Brito destaca as falas que eles fizeram sobre suas vivências, “as transformações subjetivas que vinham ocorrendo em suas vidas, inclusive

refletindo nas relações interpessoais e intrafamiliares”.

A psicóloga Júlia Jóia também esteve na organização das rodas de conversa, que fizeram parte da Campanha de 25 anos do ECA feita pelo CRP-SP. “Os estudantes tinham muito claro que os mecanismos de controle, vigilância e opressão vividos no cotidiano das escolas eram emblemáticos da forma militarizada e repressiva como o Estado se apresenta nas periferias, em especial em relação à juventude negra”, observa.

Juventude negra composta, por exemplo, pelos filhos de Tereza. Moradora da periferia paulistana, já logo na primeira semana em que a Escola Fernão Dias foi ocupada em 2015, Tereza Rocha começou a se articular com outras mães de secundaristas no que depois se tornaria o Comitê de Mães e Pais em Luta. Tereza sorri ao contar que, depois de tudo que vem passando de lá para cá na defesa desses jovens e na luta por uma educação pública de qualidade, ela resolveu que voltaria também para a escola para completar os estudos. “Depois de formada quero estudar o tema da desmilitarização”, planeja.

Tereza Rocha integrou uma comitiva com estudantes que foram à Washington em abril denunciar a violência da polícia e do governo do Estado de São Paulo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA).



Terrorismo de Estado

O filho de Tereza já chegou a ser enquadrado pela polícia quatro vezes no mesmo dia. “Teve uma vez que um policial da Rota botou uma faca no peito dele dizendo que ia arrancar a tatuagem que ele tem”, relata: “Mas ele me fala ‘Mãe, não é só porque eu sou militante. É porque eu sou negro. Eu já sofria esse tipo de coisa antes de entrar na luta. Você não sabe metade das coisas que me acontecem’”.

O Comitê de Mães e Pais está bastante ativo. “As violências continuam tão grandes que não tem como a gente não trabalhar”, descreve Tereza, exemplificando com a detenção no Centro Cultural São Paulo, em setembro, de 26 jovens que se reuniam para ir à um ato contra Temer. “Deixaram os secundaristas sem poder falar com os pais ou com os advogados por oito horas. As meninas ficaram nuas quatro vezes. As policiais femininas dentro da sala com elas e os policiais homens do lado de fora falando o que iam fazer com elas”, relembra. “Na desocupação das ETECs [Escolas Técnicas Estaduais] os policiais chegaram falando que eram do bonde dos estupradores. Várias garotas já sofreram essas ameaças, eu conheço uma que chega a ter síndrome do pânico”, narra Tereza. “A violência está escancarada. Está na pele, está no corpo”.

Era 15 de setembro e o estudante secundarista C., de 16 anos, estava na Estação Socorro da CPTM

quando foi abordado por cerca de sete policiais. “Colocaram um negócio na minha cabeça, tipo uma touca para tampar a visão, e um negócio no meu nariz, com cheiro de álcool, que me fez desmaiar”, contou à reportagem da *Ponte Jornalismo*. Em uma sala dentro da estação foi torturado com spray de pimenta no olho e espancamento, chegando a desmaiar mais vezes. Os policiais mostravam ao jovem 24 fotos de outros secundaristas e toda vez que ele dizia não reconhecê-los, apanhava.

“Depois que ouvidos, boca e nariz começaram a sangrar, desmaiei de novo e, quando acordou, estava na Estrada de Itapeverica, no Capão Redondo”, narra a matéria*. O Comitê de Mães e Pais em Luta apresentou a denúncia sobre esse caso ao Ministério Público. Entre os jovens das fotos mostradas pelos policiais estava D., o caçula de Tereza.

“No dia da ocupação do Centro Paula Souza, meu celular apagou todas as minhas conversas, todos os meus contatos, deu pau. Por que? Na porta da minha casa constantemente têm viaturas estacionadas. Por que? Eu mudei de casa e minha mudança foi acompanhada por um carro de polícia. Por que? Meu filho chegou a ser enquadrado pela polícia dentro da própria escola. Por quê?”, questiona Tereza. E completa: “Meu menino não é criminoso. Ele é um menino negro, da periferia, de luta, secundarista”.

Pesadelos. Dormir e achar que a polícia está entrando em casa. Pensamentos paranoicos se o filho não atende o celular. Foram vários os motivos que influenciaram a decisão de Tereza de começar a fazer terapia e, segundo ela, tem sido um momento importante para ser escutada e se auto-avaliar. “Eu tenho certeza que meu filho precisa de ajuda psicológica também. Pode ser porque sou mãe, mas acho muito intensas as coisas que acontecem com ele. Ele tem 16 anos. E lida com essa realidade nua e crua, desde que nasceu, de que pode morrer só por ser preto e periférico. Mas ele passou por um psicólogo que não foi bom, queria dar remédio para ele se acalmar, e ele não quer mais”, conta.



Contribuições da e para a psicologia

Os casos de repressão e perseguição dos secundaristas são sintomáticos da violência que ativistas sofrem por parte do Estado. De que forma o terror psicológico promovido por esse Estado implica na constituição da subjetividade de um ativista (e de sua família)? Que potencial tem a psicologia no trabalho com esses tipos de sofrimentos?

Na opinião de Cinara Brito, a psicologia tem uma dívida histórica com essa questão. “A concepção original da psicologia acerca das ações coletivas (movimento de multidão, movimento de massa), objetivava a manutenção do *status quo*, reforçando a ideia de que esse tipo de ação é algo que deve ser combatido, uma vez que afirma que o indivíduo na multidão regride do ponto de vista intelectual e social, pois ele perde sua capacidade crítica e a sua racionalidade é diminuída” critica, ao defender que “a psicologia deve manter esforços para desconstruir essa ideia e afirmar a legitimidade política dessas ações”.

A luta dos secundaristas pode ensinar muito à psicologia. É o que pensa Júlia Jóia. “Ensinar a manter a crítica aguçada a todas as formas com as quais os próprios discursos psi assujeitam aos discursos adaptacionistas e invisibilizam lutas da juventude”,

defende. “Há um potencial para a psicologia fazer uma crítica radical ao seu lugar de escuta dos sofrimentos sociais, podendo finalmente não reduzi-los ao escopo da individualidade e do familiarismo”, aponta Jóia, para quem “as discussões sobre racismo, machismo, violência de Estado têm de permear a escuta psicológica e apoiar a produção de enfrentamento subjetivo pelo sujeito. Há uma dimensão subjetiva da elaboração da violência e da potencialização da luta. E há, da mesma forma, uma dimensão coletiva do so-

frimento vivido e que encontra também nos espaços de luta organizada formas de cuidado e elaboração”.

“Tem muito que a psicologia poderia contribuir”, afirma Tereza. “Além dos sofrimentos causados por vários tipos de violência que os secundaristas e suas famílias sofrem, têm jovens que estão sem lugar para ficar, muitos estão desmotivados, pânico, surtos, enfim, obviamente cada um tem as suas questões. Alguns têm problemas sérios em casa, outros que descobriram sua sexualidade no momento das ocupações e pais não aceitam suas orientações sexuais”, ilustra, ao relatar que estudantes chegaram a conversar com ela a respeito da demanda de acompanhamento psicológico.

Apesar das repressões e dos sofrimentos, nem os jovens e nem mães como Tereza cogitam dar um passo atrás na luta. Citando o filósofo Espinosa, Cinara Brito reforça que “o indivíduo, ao agir coletivamente, tem a sua potência de ação aumentada e objetiva impor medo a quem lhe impõe medo”. “Vimos em 2013 nas Jornadas de Junho quando após o ataque mais violento da polícia milhares de pessoas foram às ruas; em 2015 as escolas ocupadas, principalmente as da periferia, mesmo sendo duramente reprimidas, resistiram e as ocupações se espalharam”, exemplifica Brito, ao constatar que (ainda que tente) a violência do Estado não consegue paralisar o indivíduo.

*** Para mais informações a respeito desse caso, ver <http://ponte.org/secundarista-perseguido/>**

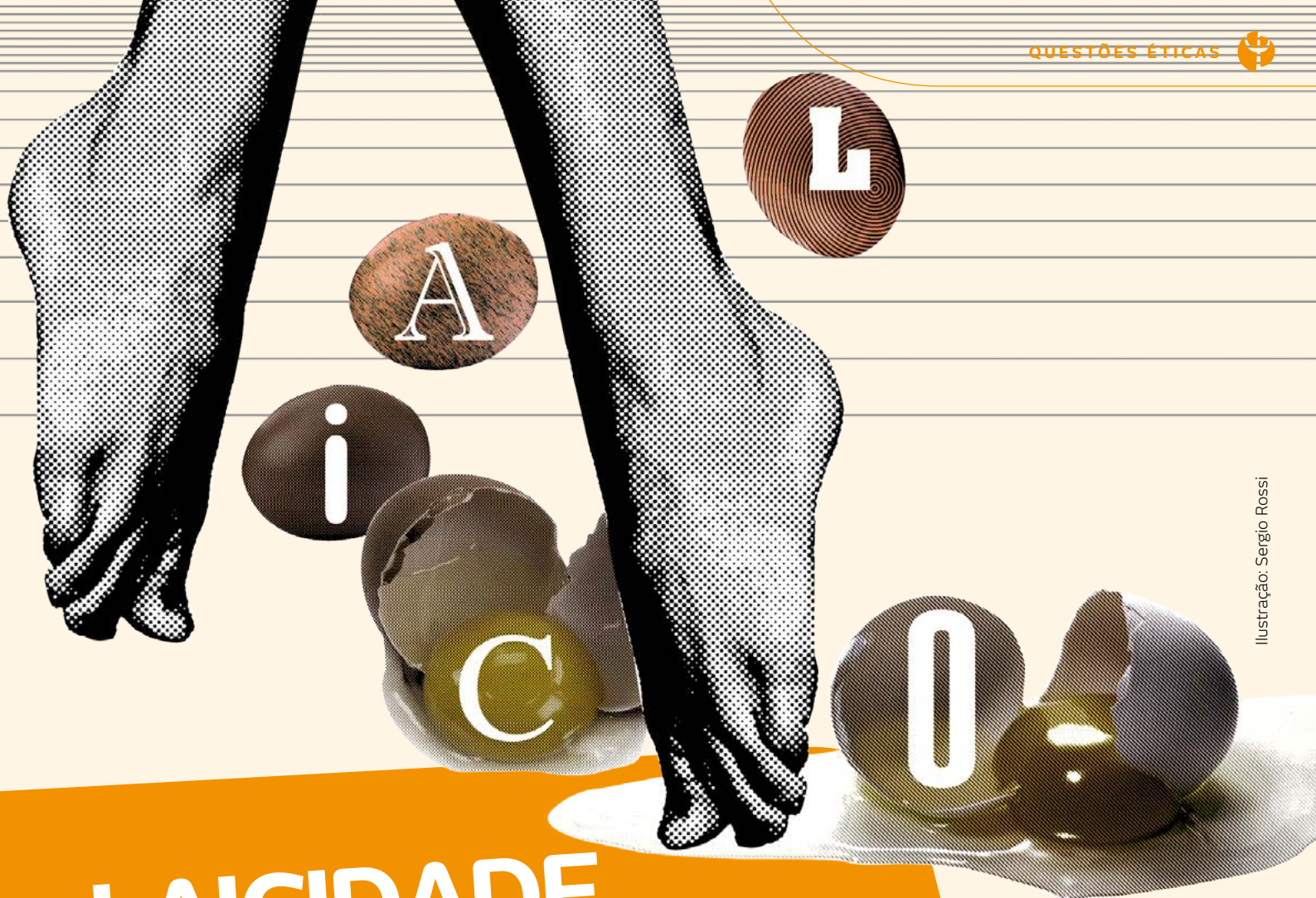


Ilustração: Sergio Rossi

LAICIDADE, PSICOLOGIA E SEUS DELICADOS NÓS

O Brasil é de fato laico? De que forma o debate da laicidade atravessa a psicologia? Como equacionar religião e profissão? É possível que um profissional seja neutro?

A pesar de o Código de Ética das/os psicólogas/os vedar, em seu artigo 2º, à/ao profissional “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”, o debate sobre os valores religiosos da/o psicóloga/o ou do usuário e a sua interferência nos saberes do exercício da profissão é acirrado.

O Brasil é oficial e formalmente – de acordo com a Constituição e outras legislações – um Estado laico,



que prevê a liberdade de crença religiosa (ou do ateísmo) a todas as pessoas, além da proteção e respeito às manifestações religiosas e da não interferência de qualquer religião nos assuntos estatais e públicos.

No entanto, na opinião de Guilherme Raggi, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-SP, apesar de o povo brasileiro ser profundamente religioso e diverso, “nossas instituições frequentemente não representam toda essa diversidade”. Por conta disso, observa, “a disputa de interesses nem sempre atende necessidades da população, que tem poucos instrumentos de participação e influência efetivas”.

É possível ser neutro?

Todas as pessoas têm as suas opiniões, decisões e ações atravessadas por sua trajetória, suas influências e seus valores. Não existe, portanto, nenhuma pessoa neutra. Como, então, será possível que uma/um psicóloga/o, na sua atuação profissional, não se deixe pautar por seus valores religiosos (ou outros valores seus, como políticos, por exemplo)?

Na opinião de Raggi, justamente pelo fato de não existir neutralidade, “é necessário que a pessoa esteja bem ciente dessas influências na hora de falar”. “Nesse sentido a/o psicóloga/o não deixa de se pautar pela própria história, mas ganha a possibilidade de olhar pela perspectiva da outra pessoa a quem atende, validando as experiências e criando um espaço e um vínculo que serão cruciais para os objetivos do trabalho”, resume.

Se união homoafetiva for proibida porque uma religião específica não a apoia, então seria coerente proibir o consumo de bacon, porque na religião judaica não se come carne de porco, ou proibir o uso de roupas coloridas às sextas-feiras porque religiões afro-brasileiras dizem que é dia de Oxalá e que as vestimentas têm de ser brancas.

Andrea Mataresi, presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-SP e docente da Faculdade Paulista de Serviço Social usa esses exemplos ao conversar sobre a laicidade com seus alunos. “O importante é não estabelecer a religiosidade enquanto poder”, define. “Então claro, é possível que a/o psicóloga/o tenha a sua religiosidade e isso não interfira na forma como vê a humanidade do outro, nem nos seus direitos fundamentais”.

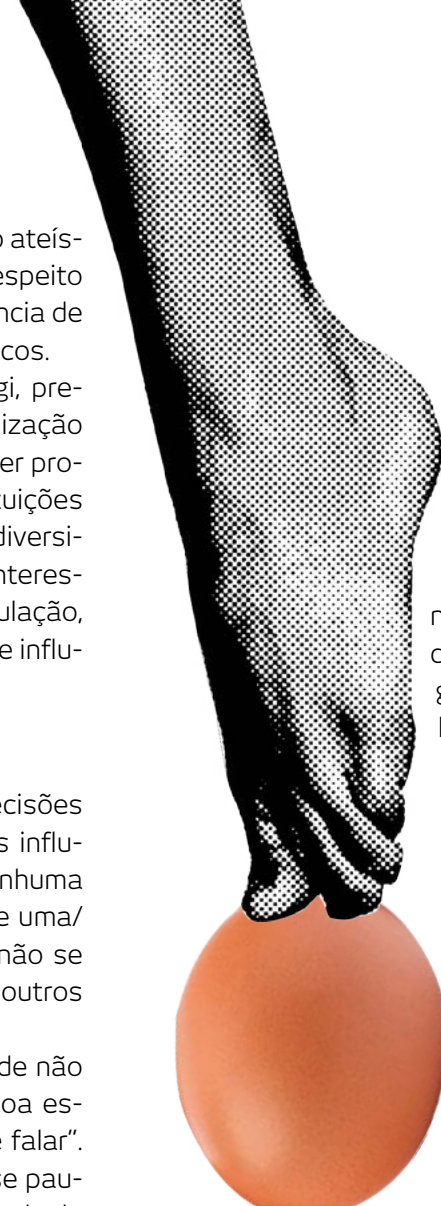
Psicologia religiosa?

Figuras como a psicóloga paranaense Marisa Lobo – que já teve idas e vindas na justiça com a cassação de seu CRP em 2014 – defendem uma “psicologia cristã”. Entre alguns de seus posicionamentos, estão a não implementação do que denominam “ideologia de gênero” nas escolas, a não legalização das drogas e do aborto, a defesa de heterossexualidade como “normal” e de “valores morais e de família”.

“Eu sou absolutamente contra uma psicologia que se entenda, por exemplo, cristã”, opina Mataresi. “A religiosidade não é uma ciência. Ela não é falseável. O limite da explicação é que a força divina quis. Essa é uma visão não científica. E não

precisa ser. Não se pretende como ciência. Não precisa e não deve buscar provas”, compara. “Agora a psicologia é ciência. É uma ciência construída, estudada, não positivista. Então não cabe àquilo que não é ciência andar ao lado do que é. Não tem como misturar porque religião e ciência não têm as mesmas bases nem o mesmo objetivo”, argumenta Andrea.

A respeito do financiamento público a entidades religiosas, prática comum no caso de instituições de saúde mental e de tratamento para pessoas que fazem uso problemático de drogas (como as comunidades terapêuticas), Guilherme Raggi afirma que “é desonerar o Estado de uma obrigação”. “O modelo de tratamento adotado por esse tipo de instituição reproduz um modelo manicomial, de separação do indivíduo da sociedade e do convívio, sob o risco de perda de laços sociais fundamentais para sua saúde”, expõe.



A tal da laicidade

A psicóloga Cristiana de Assis Serra, em seu artigo *Fundamentalismo e alteridade no encontro entre psicologia e religião*, cita o teólogo e expoente da Teologia da Libertação, Leonardo Boff, ao refletir sobre a forma de viver doutrinas. “Quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade” e está fadado à “guerra contra o erro a ser combatido e exterminado”.

Tampouco pode a ideia de laicidade cair em um entendimento da religião como algo a ser superado, ressalta Cristiana, ao refutar a tese evolucionista que caracteriza “a religião como uma instância explicativa ‘inferior’ à ciência” e defender “uma perspectiva pluralista em relação às diversas crenças e à própria possibilidade de não crença”.

“A perspectiva laica”, sintetiza Cristiana Serra, “ao vedar a adesão a qualquer sistema de crença específico, possibilitando o diálogo com diferentes pontos de vista, não implica em que haja uma desconsideração da construção subjetiva promovida pela religião. Ao contrário, é justamente ela que vai permitir à/ao psicóloga/o abordar o fenômeno religioso com o necessário rigor epistemológico”.

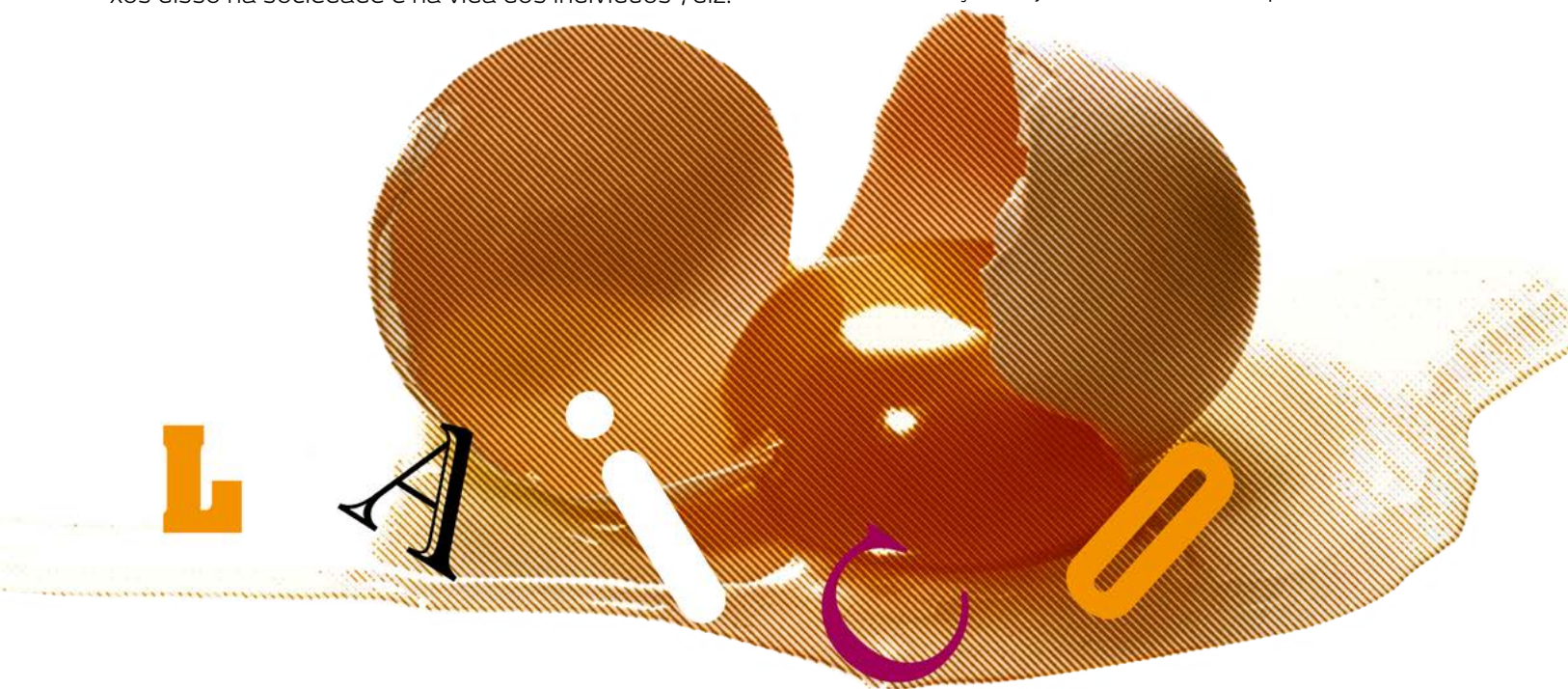
Os desafios e cuidados relacionados à atuação laica da/o psicóloga/o são, na visão de Raggi, os mesmos para profissionais religiosos e não religiosos. “Há a necessidade reconhecer e pensar criticamente a diversidade da constituição cultural do nosso povo e os reflexos disso na sociedade e na vida dos indivíduos”, diz.

“A laicidade não é ignorar religiosidade, é compreender que esse direito deve ser garantido e que tem uma função subjetiva importante”

Andrea Mataresi

Andrea Materasi recorda que já atendeu pessoas que, ao descobrirem atração sexual por pessoas do mesmo gênero, se sentiram pecadoras. “É preciso trabalhar o sofrimento dessas pessoas, sem entrar no mérito de se inferno existe ou não, mas entender como ela lida com essa construção do que é entendido por pecado dentro da comunidade onde ela participa”, ilustra. “Então a laicidade não é ignorar religiosidade, é compreender que direito de religiosidade deve ser garantido e que tem uma função subjetiva de extrema importância”, define.

“É preciso entender também as opressões que existem no nosso contexto e a forma como algumas religiões incidem na garantia de direitos”, complementa Mataresi. “E a linha muitas vezes é tênue. A linha é tênue entre o que é cultura e o que é dominação, o que é ético e o que é moral, então é fundamental que a nossa formação seja feita com muita qualidade”.





Aristeu Bertelli



Beatriz Marques de Mattos



NOVA GESTÃO DO CRP-SP TEM COMO PRIORIDADE A INSERÇÃO SOCIAL DA PSICOLOGIA

Em fase de tirar ações concretas para planejar estrategicamente o próximo triênio, novo Plenário do Conselho se apresenta à categoria



Andrea Mataresi

O CRP-SP inicia uma nova gestão que, eleita no final de agosto, estará à frente do Conselho pelos próximos três anos. Eleita com 45,25% dos votos válidos, a chapa do movimento Cuidar da Profissão assume, dando continuidade à gestão anterior, mas a partir da avaliação de que o novo período apresenta possibilidades de avanço e também novos desafios para a construção e uma psicologia com compromisso social.

"De um modo geral, podemos dizer que as prioridades da gestão se baseiam na qualificação profissional por meio da construção de referências através da participação direta da categoria em nossas ações, consolidação de diretrizes que promovam uma psicologia cada vez mais atenta a uma sociedade democrática e igualitária", apresenta Clarice Paulon, vice-presidente do CRP-SP.

A nova gestão do Conselho, sob a presidência de Aristeu Bertelli, elencou quatro princípios que norteia-



Edgar Rodrigues

rão sua atuação: aumento da inserção social da psicologia; ampliação da eficiência técnica e responsabilidade ética; participação, transparência e rigor na gestão e, por último, cidadania e diálogo com a sociedade.

Como determina o funcionamento do Sistema Conselhos, a gestão deverá seguir as diretrizes elaboradas pela categoria no 9º COREP (Congresso Regional de Psicologia) e 9º CNP (Congresso Nacional de Psicologia).

"O Congresso soube refletir a diversidade e multiplicidade de inserções da psicologia, indicando que o CRP-SP deve cuidar de todas elas. Em nossa plataforma política, indicamos que toda psicologia feita com ética e cidadania nos interessa e é assim que queremos cuidar das mais diversas formas de fazer psicologia, com o rigor técnico e ético necessário para que a psicologia esteja a serviço da construção de uma sociedade mais de-



Beatriz Borges Brambilla



Camila Teodoro



Rodrigo Toledo



Ivani Francisco de Oliveira



Ed Otsuka



Vinicius Pesca

“democrática e igualitária”, afirma Vinicius Cesca, tesoureiro da nova diretoria do Conselho.

Diálogos e parcerias

Para Cesca, a melhor forma de colocar isso em prática é no diálogo com o conjunto da sociedade. “Mais uma vez, o que temos de diretriz é o que vem dos congressos, que indica, por exemplo, que o CRP-SP deve ampliar e qualificar interlocução e parcerias com movimentos sociais, fóruns e outros espaços de organização da sociedade civil, com instâncias de controle social e etc”.

Entre as parcerias prioritárias dessa gestão estão as próprias entidades da psicologia. “Apoiar o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) é apoiar o fortalecimento em torno da formação e da construção plural que realizam sobre o saber psicológico”, relata Clarice, ao elencar tam-

bém a União Latino-americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI): “Acreditamos ser fundamental uma prática atenta às regionalizações e às culturas locais, tal como a ULAPSI promove”.

“Há também representações em diversos órgãos de controle estaduais e municipais, tais como os Conselhos Municipais de Saúde, onde podemos discutir e articular a psicologia com as demais áreas de atuação profissional, além de parcerias com o Ministério Público e a Defensoria do Estado, através das quais podemos consolidar discussões em nossas Comissões Permanentes de Ética e de Orientação e Fiscalização”, complementa Clarice. O Fórum Popular de Saúde, a Frente em defesa do SUS, o Fórum da Medicalização, o Movimento da Luta Antimanicomial também foram citados como exemplos de iniciativas da sociedade civil com os quais o Conselho se identifica no tocante às diretrizes políticas em defesa dos direitos humanos.

Planejamento estratégico em construção aberta

“A partir do que a categoria deliberou nos Congressos, a gestão propõe um



Regiane Piva

Fotos: arquivo CRP-SP

Suely Castaldi Ortiz da Silva



Guilherme Rodrigues Raggi Pereira



Evelyn Sayeg

Bruna Lavinias Jardim Falleiros



ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO CONSELHO

PLENÁRIO

Órgão deliberativo composto pelos conselheiros (efetivos e suplentes). São eleitos por um período de três anos, por meio do voto direto das/os psicólogas/os registradas/os no Conselho. Aprova estratégias de ação, novos procedimentos de funcionamento administrativo do Conselho e julga processos éticos.

DIRETORIA

Órgão executivo eleito anualmente pelo Plenário, composto por quatro conselheiros efetivos: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

COMISSÕES GESTORAS

Órgãos executivos responsáveis pelas gestões das subseções. Seus componentes (coordenador, subcoordenador e membro) reúnem-se regularmente na sede do CRP-SP para tro-

ca de experiência e planejamento do trabalho. Essa reunião é denominada Fórum de Gestores.

COMISSÕES

São responsáveis pelas atividades legalmente atribuídas ao CRP, quais sejam, orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional. São elas: Comissão de Orientação e Ética (COE), Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e Comissão de Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista. Além dessas, recentemente, por deliberação dos Congressos Nacionais da Psicologia, foram incorporadas como Comissões Permanentes a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Políticas Públicas.

NÚCLEOS TEMÁTICOS

Tratam de assuntos do interesse da sociedade e da categoria, estando abertas à participação de todos os profissionais.

GRUPOS DE TRABALHO

São criados para tratar de assuntos novos por períodos curtos.

amplo e participativo processo de planejamento estratégico para definir os objetivos, metas e estratégias durante o triênio. Aqui vale destacar que, de forma inédita, o planejamento será aberto à participação direta da categoria, de estudantes de psicologia, de pessoa usuárias dos serviços e de movimentos sociais por meio de consulta pública online no sítio eletrônico do CRP-SP e por meio de atividades descentralizadas realizadas presencialmente nas subseções", relata Vinicius Cesca, para quem esse processo já é uma ação concreta do princípio de participação, rigor e transparência da gestão.

No mesmo sentido, Cesca destaca que já está em curso a revisão de resoluções que normalizam a gestão financeira do CRP-SP, como a relacionada ao custeio de atividades e a apoios e parcerias. "Destaco uma deliberação do COREP de que toda aprovação de resolução pelo CRP-SP deverá ser precedida de debates amplos, na forma, por exemplo, de audiências públicas, e essa será uma perspectiva que a ges-

tão deverá observar", exemplifica Vinicius.

O planejamento estratégico deve terminar junto com o ano de 2016, e é a partir dele que serão definidas questões, por exemplo, como quais serão os núcleos temáticos do CRP-SP, que campanhas e inspeções de direitos humanos serão feitas, os passos para a instalação de instrumentos de mediação e conciliação no cotidiano da autarquia, instrumentos para intensificar a descentralização do CRP-SP e a participação da categoria e de outros setores sociais na gestão do Sistema Conselhos.

Implicação social

Uma das diversas etapas que pautam a história da psicologia enquanto ciência e profissão diz respeito a embates teóricos na relação entre a psicologia e a sociologia. "Neste capítulo da história, havia grande crítica de sociólogos e cientistas sociais da Escola de Frankfurt, tais como Adorno, que apontavam para o lastro individualista da psicolo-



Márcio Magalhães da Silva



Maria Rozinetti Gonçalves



Mary Ueta



Luciana Stoppa dos Santos



Maria das Graças Mazarin de Araujo



Maurício Marinho Iwai



Clarice Pimentel Paulon



Magna Barboza Damasceno

INTEGRANTES DA NOVA GESTÃO DO CRP-SP



gia, que delimitava suas hipóteses ao indivíduo, recusando os aspectos sociais como fontes de mal-estar e de constituição da subjetividade e, assim, como fontes de estudo da psicologia”, explica Clarice Paulon.

“Esta crítica, muito pertinente à psicologia da época, fez com que os teóricos contemporâneos e posteriores a ela repensassem a psicologia enquanto práxis, transformando-a em uma ciência que pudesse ser implicada socialmente sem excluir suas bases científicas e metodológicas”, descreve a conselheira, compartilhando também um pouco das bases políticas de discussões levadas a cabo pelo grupo recém eleito para gerir o Conselho.

Essa perspectiva da “cientificidade” que foca sua leitura no indivíduo traz, na opinião de Paulon, uma falsa oposição entre bases científicas e bases sociais. “Este modo de fazer psicologia limita nossas atividades à laboratórios e à práticas muito específicas, restringindo nosso campo de atuação e a potência da psicologia como um método de escuta e construção de formas de vida, calcadas nas relações subjetivas e sociais”, expõe. “Deste modo, uma psicologia socialmente implicada é toda aquela que trabalha com os aspectos sociais como também constituintes de subjetividade e compreende que nosso campo de atuação é eminentemente social já que é nele que residem as formas de atuação e atualização de nossa subjetividade”, defende.

DIRETORIA

Presidente

- Aristeu Bertelli da Silva

Vice-presidenta

- Clarice Pimentel Paulon

Secretária

- Camila Teodoro Godinho

Tesoureiro

- Vinicius Cesca de Lima

Conselheiras/os

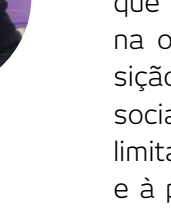
- Andrea Mataresi
- Beatriz Borges Brambilla
- Beatriz Marques de Mattos
- Bruna Lavinias Jardim Falleiros
- Ed Otsuka
- Edgar Rodrigues
- Evelyn Sayeg
- Fábio Silvestre da Silva
- Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
- Ivana do Carmo Souza
- Ivani Francisco de Oliveira

- Larissa Gomes Ornelas Pedott
- Luciana Stoppa dos Santos
- Magna Barboza Damasceno
- Márcio Magalhães da Silva
- Maria das Graças Mazarin de Araújo
- Maria Mercedes Whitaker Kehli Vieira Bicudo Guarnieri
- Maria Rozineti Gonçalves
- Mary Ueta
- Maurício Marinho Iwai
- Monalisa Muniz Nascimento
- Regiane Aparecida Piva
- Reginaldo Branco da Silva
- Rodrigo Fernando Presotto
- Rodrigo Toledo
- Suely Castaldi Ortiz da Silva

Larissa Gomes Ornelas Pedott



Maria Mercedes Whitaker Kehli Vieira Bicudo



Reginaldo Branco



Rodrigo Pressoto



Ivana do Carmo Souza



Fábio Silvestre



Monalisa Muniz Nascimento



CONHEÇA AS E OS FUNCIONÁRIAS/OS DO CRP-SP

Não costumam estar com o microfone na mão, mas garantem que a caixa de som esteja na tomada. Não costumam dar os depoimentos que aparecem no vídeo, mas seguram a câmera ou preparam o projetor. Não são os que falam para divulgar as campanhas, mas fazem a arte gráfica do material.

Na edição do *Jornal Psi* em que a nova gestão se apresenta melhor à categoria, apresentamos também o que fazem aqueles que, mais fixos e menos públicos que as direções (rotativas a cada três anos), são igualmente fundamentais para que o Conselho funcione. São 114 as funcionárias e funcionários espalhados pela sede e as nove subsedes do CRP-SP. Conheça o que fazem:

Setor Serviços Gerais

Serviços gerais

Trabalhando principalmente nas áreas de copa e portaria, essas/es funcionários fazem serviços externos como idas ao banco e ao correio, além de preparar e distribuir o café, o chá, a água, as bolachas; zelam pela boa organização da copa e controlam os produtos de limpeza.



Setor Copa

Suporte operacional

Realizam manutenção (preventiva e corretiva) de instalações e serviços de montagem e reparos primários nos sistemas hidráulico, elétrico e pluvial. Consertam mobiliários como mesas, armários, cadeiras, móveis de escritório e assoalhos, vedações e revestimentos de paredes, pisos e tetos, portas, janelas, entre outros. Além disso, as/os que trabalham no suporte operacional auxiliam no transporte, remoção e descarga de materiais e equipamentos.

Auxiliar administrativo

Executam tarefas que envolvem serviços de informação, controle de visitantes e correspondências, redação de documentos e rela-



Setor ética



Setor Financeiro



Setor RH

tórios, cálculos estatísticos, digitação, reprodução xerográfica, coleta, expedição, distribuição e arquivamento de documentos.

Atendente

As/Os atendentes recebem as/os psicólogas/os e o público em geral e realizam atividades de caráter administrativo que envolvam redação e digitação. Documentos e minutas de atos administrativos e normativos são preparados, organizados, atualizados e expedidos pela ou pelo atendente. Informa processos e fornece subsídios para análise e tomada de decisão, além de elaborar relatórios e gráficos.

Assistente de administração

Além de preparar, organizar e atualizar documentos e relatórios, as/os assistentes de administração controlam verbas, contas a pagar e fluxo de caixa, conferindo notas fiscais, recibos e prestando contas. Administração de fornecedores, contratos públicos, processamento de folha de pagamentos, recrutamento e seleção, análise de custos, preços e resultados, controle orçamentário, elaboração da declaração do imposto de renda: tudo isso está a cargo dessas/es funcionárias/os.

Analista de suporte web

Essa função diz respeito a suporte técnico em informática na montagem de equipamentos, manutenção da rede e nas operações de comunicação e transferência de dados. Questões como instalação e manutenção de hardwares, softwares, administração de servidores de internet e serviços de e-mail e elaboração de proteção de dados também são competências desse/a trabalhador/a.





Setor Secretaria e Gerência

Assistente técnico

Somando-se a atividades de atendimento e de caráter técnico/administrativo que envolvem redação e pesquisa, as/os assistentes técnicos atendem as solicitações que são feitas às Comissões Técnicas (Orientação, Ética, Análise de Título de Especialistas e outras) ou Núcleos Temáticos do CRP-SP. O atendimento às solicitações inclui a pesquisa e coleta de dados de informações técnicas e jurídicas e a elaboração de pareceres e relatórios relacionados a questões do exercício da profissão. Assistentes técnicos também realizam atividades de fiscalização de entidades que prestam serviços de psicologia.

Supervisor

Além (como diz o nome) de supervisionar rotinas administrativas, essas/es funcionárias/os administram recursos humanos, chefiando diretamente profissionais e equipes de trabalho, capacitando funcionários e assegurando às subsedes o suporte para seu bom funcionamento. Geram mensalmente informações gerenciais qualitativas e quantitativas.



Setor Telefonia e Portaria

Coordenador

As/os coordenadores chefiam profissionais e equipes de trabalho. Mas dentro das suas atribuições estão também a administração e execução do suporte técnico em informática, a elaboração de documentos, relatórios e tabelas, além da pesquisa, o teste e a sugestão de novos sistemas e equipamentos.

Coordenador técnico

A supervisão das atividades das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho e dos Núcleos Temáticos criados pelo CRP-SP, coordenando a atuação dos assistentes técnicos é a principal função dessas/es trabalhadoras/es.

Assessor técnico

A direção do Conselho é assessorada por essas/es funcionárias/os, que coleta e

Setor Comunicação



Setor Atendimento

analisa dados e informações, auxiliando na execução das atividades, programas e projetos de interesse do CRP-SP. A/O assessor técnico elabora documentos, relatórios, participa de reuniões, grupos de trabalho e assembleias.

Gerente

As/Os gerentes planejam, organizam e gerenciam as atividades administrativas e as operações do Conselho, visando assegurar que todas as rotinas contábeis, fiscais-tributárias, contas a pagar e receber, tesouraria, serviços gerais, recursos humanos, suprimentos, logística e demais atividades sejam executadas dentro das normas e políticas estabelecidas. Participam da elaboração dos planejamentos anuais, coordenam sua execução e representam o CRP-SP junto a entidades e órgãos públicos quando solicitado pela diretoria.



Setor CREPOP

Nas próximas edições, apresentaremos fotos das/os funcionárias/os das subsedes do Conselho.



Setor Eventos



Setor CEPOC



Setor Orientação

A saúde do trabalhador deve ser notificada por psicólogas/os

Cara/o psicóloga/o,

Vimos pelo presente dar ciência da necessidade de proceder à notificação compulsória de agravos que constam em lista do Ministério da Saúde. Desde 2004 (portaria 777 do Ministério de Saúde) há uma lista de doenças e acidentes que devem ser notificados por profissionais de saúde ou responsáveis por estabelecimentos de saúde. Dentre eles, constam: **violência interpessoal/auto infligida e transtornos mentais relacionados ao trabalho**. A portaria de notificação compulsória foi sofrendo atualizações e neste momento os agravos estão divididos em duas portarias do Ministério da Saúde: **204 e 205 de 2016 (fichas do SINAN _ Sistema Nacional de Notificação de Agravos - acessíveis pelo site www.cve.saude.sp.gov.br)**.

Cotidianamente as/os psicólogas/os atendem pessoas que sofreram vários tipos de violência tanto no âmbito doméstico como no âmbito social, as quais devem ser notificadas.

O ambiente de trabalho pode ser fator de saúde ou adoecimento. Sabidamente as pessoas passam a maior parte do seu tempo de vida em atividade laboral e a investigação do que ocorre na esfera profissional torna-se muito importante para a qualidade de uma anamnese psicológica. Assédio moral (humilhações, constrangimentos, discriminações – repetitivas e prolongadas); assédio sexual (intimidações reiteradas e ameaças para obter favores sexuais) relacionado ao trabalho tem sido frequente causa de adoecimento mental. Além de tentativas de suicídio e o suicídio em si relacionados ao trabalho. Deste modo, em caso de **suspeita ou certeza** estes agravos devem ser informados aos órgãos competentes. Esses são os agravos diretamente ligados à atividade profissional em psicologia:

a) Violência interpessoal/autoprovocada: devem ser notificadas todos os tipos de violências relatadas pelas pessoas atendidas: as violências

físicas, psicológicas, sexuais e outras. Deve ser investigado essas violências se deram durante o exercício da atividade profissional ou em função da atividade profissional.

b) Transtornos mentais relacionados ao trabalho: nesta ficha devem ser notificados os transtornos mentais que se estabeleceram em função da atividade profissional ou transtornos nos quais o trabalho teve contribuição apesar de não ser o único causador do desequilíbrio emocional manifestado; ou ainda os transtornos mentais em que o trabalho foi desencadeador de um distúrbio latente, agravador de um quadro psíquico ou que desencadeou uma recidiva do quadro psíquico outrora controlado. Para maiores esclarecimentos sobre os transtornos mentais relacionados ao trabalho entre no site da biblioteca virtual de saúde: www.saude.gov.br/bvs. Estando no site coloque na busca “Manual de doenças relacionadas ao trabalho”. Na pág. 161 começa o capítulo sobre o tema.

As fichas são de fácil preenchimento. Os profissionais devem estar atentos aos campos de preenchimento obrigatório sem os quais o sistema eletrônico do Ministério da Saúde não recebe as informações.

Estas notificações podem ser encaminhadas pelo correio, pessoalmente ou por via eletrônica à: Vigilância Epidemiológica do município (violências de um modo geral). Já os agravos relacionados ao trabalho devem ser entregues ao **CEREST** – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Procure o CEREST da sua região. Para ter acesso à lista completa dos CERESTs, suas localizações e contatos, acesse www.crpssp.org.

DIA LATINO-AMERICANO DA PSICOLOGIA É MARCADO POR DEBATES SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA

No Brasil, psicólogas/os e convidados debatem a relação entre a psicologia e o atual contexto social e subjetivo brasileiro

Definido pela ULAPSI como dia da psicologia latino-americana, o 8 de outubro foi marcado por diversas atividades em todo o continente, com o intuito de organizar conversas para refletir sobre o impacto do contexto político e dos novos governos da América Latina na profissão e na sociedade.

No Brasil o tema foi a análise sobre como o momento político que vivemos influencia (ou é influenciado pelas) relações interpessoais e as subjetividades. Em Curitiba aconteceu o encontro “Dialogando pela democracia” na faculdade de psicologia da UFPR. No Rio de Janeiro o CRP-RJ abriu seu auditório na Tijuca para a roda de conversa “A conjuntura brasileira atual”. Na praça Batista Campos em Belém a Abrapso e o CRP-PA promoveram o debate “Psicologia e democracia em tempos difíceis”. Atividades similares acon-

teceram em Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e Vitória da Conquista (BA).

Boa parte das convocatórias para os debates chamava atenção para o fato de que a iniciativa está consoante com o Código de Ética da/o Psicóloga/o, que reforça que “a/o psicóloga/o atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”. Sandra Amorim, vice-presidente do CRP-MS, afirma que essa

discussão política “é suprapartidária e que não podemos ficar alheios aos retrocessos que estão sendo impostos ao SUS, ao SUAS, à educação e a várias outras políticas públicas onde a psicologia se faz presente”.

Em São Paulo o debate “Anatomia do golpe: contribuições da psicologia” foi organizado pelo Instituto Sílvia Lane com transmissão online* e contou com a presença das/os psicólogas/os Ana Bock, Elisa Zaneratto Rosa, Marcos Ferreira e Rogério Gianini, que se reuniram para conversar e comentar uma série de depoimentos gravados para o evento.

“O que nós estamos vivendo no Brasil é também uma experiência latino-americana”, opina Rogério Gianini logo no início do debate, para quem outros países do continente vivem processos similares. A professora Ana Bock, mediadora do debate, destacou a dimensão subjetiva do atual fenômeno político brasileiro. “Essa dimensão inclui afetos, significações que circulam e que vão se tornando consensuais, reconhecidas. A psicologia tem a competência teórica, conceitual, para contribuir na leitura do momento histórico que vivemos”, defende.

Teoria do choque

Entre os convidados a gravar depoimentos para o debate, o jornalista Luís Nassif resgata a chamada Teoria do Choque, desenvolvida nos Estados Unidos dos anos 1950. “A lógica do setor da psicologia que defendia o uso de choques elétricos nos pacientes é de que a partir da desestruturação causada pelo choque na pessoa, ela se livraria das más ideias e voltaria num estado mais permeável às boas ideias”, introduz o jornalista.

“Posteriormente esses princípios foram incorporados pela Escola de Chicago de Milton Friedman através do que foi chamado de capitalismo de desastre. Quando você tem grandes desastres, que podem ser desastres naturais, guerras, golpes ou revoluções, você desestrutura o organismo social de tal maneira que abre espaço para a entrada de novas ideias”, explica Nassif, ao recordar que “Friedman dizia que nesses momentos você tem seis meses de prazo para implementar suas ideias – está todo mundo perdido num estado de caos, de modo que as pessoas podem aprovar conjuntos de ideias que numa situação de estabilidade não passariam”.

Para o jornalista, vivemos um período como esse no Brasil e em outros países latino-americanos: de

significativas transições que há pouco tempo atrás não seriam vistas com normalidade. Nassif conclui destacando que “é importante que a psicologia se debruce sobre essa questão porque ela traz aspectos ligados ao psicossocial que são essenciais para entender essas desconstruções no país”.

A data faz parte dos esforços de superação da dispersão vivida pela psicologia no continente e da busca por se construírem processos de integração profissional, técnica e científica

Entre as dimensões subjetivas que Marcos Ferreira destaca como relevantes para o cenário de desestruturação do organismo social a que se refere Nassif, está a “cultura do medo”. “As pessoas foram incentivadas a ficar com medo do futuro do Brasil. Medo do colapso da economia. Este medo serviu de base para que medidas absolutamente inaceitáveis fossem aprovadas”, aponta Ferreira, para quem “outra dimensão importante é o assédio moral”.

Dia da psicologia latino-americana

O 8 de outubro começou a ser comemorado pelas/os psicólogas/os de toda a América Latina a partir de 2006, instituído em uma assembleia da ULAPSI que aconteceu no Brasil. A data faz referência ao dia em que Ernesto Che Guevara foi assassinado na Bolívia em 1967, marco escolhido por fazer alusão a lutas por ideais de liberdade e pela independência do continente em relação aos interesses coloniais.

“A iniciativa de definição desta data faz parte dos esforços de superação da dispersão vivida pela psicologia no continente e da busca por se construírem processos de integração profissional, técnica e científica entre os psicólogos latino-americanos”, explica notícia a respeito da primeira vez em que se comemorou a data.

*Para conferir o vídeo, acesse: <https://youtu.be/fumMkqI7ENw>.

“A DECISÃO DA MULHER PELO ABORTO NÃO COSTUMA SER EMBASADA NUMA PREOCUPAÇÃO COM ELA MESMA”

Psicóloga do Núcleo de Violência Sexual e Aborto Previsto em Lei do Hospital Pérola Byington, Daniela Pedroso fala sobre seu cotidiano, a violência contra a mulher e as questões que envolvem a decisão pelo aborto

Ilustrações: Sérgio Rossi

Daniela Pedroso tem uma rotina atribulada. De segunda a sexta pela manhã atende, enquanto psicóloga no Hospital Pérola Byington em São Paulo, no Serviço de Aborto Legal. No período da tarde e noite, se divide entre dois consultórios. Psicóloga e mestre em Saúde Materno Infantil pela UNISA, Pedroso se especializou, por meio de décadas de experiência profissional diária, no atendimento a mulheres que optam pelo aborto legal – em sua maioria, depois de terem sofrido violência sexual.

Como que ela chegou ali? “Foi o acaso”, responde, bem humoradamente. Quando se graduou no Mackenzie em 1997, Daniela entrou num estágio para recém formados no Pérola Byington e de lá não saiu mais. De lá para cá, por meio de escutas, atendimentos, vínculos e contato com as histórias reais de mulheres que escolhem interromper uma gravidez, Pedroso consti-

tuiu a visão a respeito da violência contra a mulher e do aborto que ela compartilha hoje com o *Jornal Psi*.

Uma pesquisa divulgada em 2015, feita em mais de 26 países em desenvolvimento (incluindo o Brasil), no *Journal of Obstetrics & Gynaecology* mostra que sete milhões de mulheres são internadas por ano por complicações de saúde decorrentes de abortos clandestinos. Anualmente, morrem 22 mil mulheres pelo mesmo motivo – o aborto feito de forma insegura é uma das maiores causas de morte materna no mundo.

No Brasil, o aborto é crime exceto em três casos: quando a gravidez traz risco de morte à mãe, quando a gestação é fruto de violência sexual ou quando o feto tem anencefalia. São essas as situações que são atendidas no Pérola Byington e acompanhadas por Daniela Pedroso. Apesar de a lei vigente determinar que, nesses casos, a mulher que queira fazer o aborto

(até 22 semanas) pode ser atendida em qualquer estabelecimento público de saúde que tiver ao menos um ginecologista, na prática há muitos serviços que não aceitam fazer o procedimento.

O 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado em novembro deste ano, mostra que mais de cinco pessoas são estupradas a cada hora no Brasil. Em 2015 o país registrou 45.460 casos de estupro. De acordo com dados do Hospital Pérola Byington, entre as mulheres que engravidaram em decorrência de violência sexual, 90% optam pelo aborto legalizado, 9% mantêm o bebê e 1% preferem entregá-lo para a adoção.

Dados do Ministério da Saúde apontam que em 2013 foram realizados 1523 abortos legais por meio do SUS. O Pérola, onde esse Serviço existe desde 1994, é o centro que mais faz abortos legais no país: a média é de 130 por ano.

Qual o perfil das mulheres que chegam ao Pérola para interromper uma gravidez?

A maioria das mulheres é adulta jovem, na faixa dos 20 e poucos. Quase sempre elas estão sozinhas, muitas vezes não contam para ninguém o que aconteceu. Costumam ter religião.

Não existe qualquer exigência de apresentar algum tipo de prova – até porque muitas vezes é impossível – de que a mulher sofreu um estupro, certo?



Não é exigência legal que ela tenha um Boletim de Ocorrência (BO), ela só precisa manifestar o seu desejo, por escrito, de realizar essa interrupção da gravidez. No caso de alguém inimputável ou menor de idade essa autorização é feita pelo responsável legal. Não existe prova nenhuma. Seria mais uma forma de colocar em dúvida uma mulher que deve ser atendida como vítima de uma violência. Cerca de 40% dessas mulheres não possuem BO. O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) se coloca totalmente contrário a essa exigência. Até porque elas assinam alguns termos. Um deles é o relato circunstanciado, no qual ela escreve ali de próprio punho o relato do que aconteceu. As mulheres não mentem, não inventam esse tipo de história. É bem difícil encontrar um caso de falsa alegação de crime sexual. Como que elas vão inventar uma his-

tória se nem sabem o que vão encontrar ali naquele atendimento?

Você pode contar um pouco sobre a importância do atendimento psicológico a essas mulheres? Quais os estados emocionais de mulheres nessa situação?

O mais interessante é que a decisão da mulher pela interrupção da gravidez na maioria das vezes não é baseada numa preocupação com ela mesma, mas com o outro. Por exemplo, a mulher não chega aqui falando que quer abortar porque não aguenta imaginar o que seria levar essa gestação até o final. Não. É porque ela não sabe como seria olhar para essa criança e lembrar do que aconteceu, é porque ela está preocupada com as condições de cuidados que seriam possíveis oferecer a essa criança, é porque ela acha que não conseguiria amar essa criança da mesma forma que ama os outros filhos. Então não é uma questão com foco nela. São decisões difíceis e que via de regra estão somente nas costas da mulher.

No primeiro momento a gente avalia o caso, para entender a história. Em seguida trabalhamos com o desejo dela de interromper a gestação ou não, então a primeira etapa do trabalho é mais imediatista. "Preciso resolver isso", "Não aguento mais essa gravidez, passo mal só do lembrar do que aconteceu", "Não bastasse eu ter sido estuprada, agora estou grávida". Por isso que eu falo que se a sociedade se aproximasse e ouvisse essas mulheres, a gente teria um entendimento diferente sobre aborto no país.

Depois do procedimento, elas trazem mais pensamentos relacionados ao estupro e não mais ao aborto. O aborto acaba trazendo uma sensação de alívio para elas, é uma forma de recomeçar a vida.

Além dos sofrimentos relacionados a ser vítima de algo tão violento quanto um estupro e além do tamanho que tem a decisão de ter ou não um filho, o impacto psicológico de passar por essa situação também tem a ver com o peso moral que a mulher carrega numa sociedade religiosa, moralista, machista como a nossa. Quais as características do nosso contexto social que você destacaria como significantes nas questões psicológicas pelas quais passam essas mulheres?

A questão mais significativa é a da culpa. A mulher acaba introjetando uma culpa que não deveria existir. Trabalhamos bastante com isso. Você se sente culpada por quê? Por estar voltando do trabalho? O trajeto

de ida ou volta do trabalho é um dos contextos em que mais acontecem os estupros que atendemos.

O que te fez trabalhar com esse tema dentro da psicologia?

O acaso [risos]. Tenho 42 anos e estou aqui desde que me formei, vão fazer 20 anos. Eu entrei para fazer um estágio para profissionais recém formados, com duração de um ano, e depois fui convidada para o atendimento a crianças no ambulatório de violência sexual. Em seguida a psicóloga que atendia os casos de gestação e aborto saiu e meio que no susto eu comecei.



Acredito que as coisas acontecem do jeito que têm que ser. Nunca ninguém me ensinou como acompanhar casos como esses, não existe nenhum curso e na faculdade a gente não via nada de violência sexual, quanto mais de aborto. Então fui aprendendo na raça mesmo. Não existe qualquer incentivo institucional ou do governo para a gente aprender a atuar profissionalmente nessa temática. Mas eu gosto muito do que faço.

Como que, ao longo da sua trajetória profissional, se constituiu sua opinião a respeito do aborto?

É interessante que hoje na minha família as pessoas já entendem a opção do aborto como um direito necessário em casos de estupro. Foi também o caminho que eu mesma percorri. Tive uma formação religiosa.

Quando eu comecei a trabalhar com a questão do aborto foi apenas com os casos de violência sexual. Aqui a gente também faz abortos em caso de risco de morte para a mulher. Isso já fez com que eu ampliasse meu espectro. Entendi que não faz sentido que a mulher tenha que morrer para que uma gravidez não seja interrompida. Em 2007 eu entrei no Grupo de Estudos do Aborto (GEA). Esse grupo trabalhou, por exemplo, no debate a respeito da possibilidade de realizar aborto em caso de anencefalia. Fomos para Brasília. E aí eu comecei a estudar outras coisas.

Assim, fui ampliando o espectro a partir das minhas experiências e estudos a respeito da questão até chegar no dia de hoje em que eu acredito que a mulher, em qualquer caso, deve ter o direito de decidir o que faz com seu próprio corpo. Então para mim foi um caminho construído. Quando se faz possível conversar com calma, conhecer as histórias, ventilar o assunto, ele avança. Porque ninguém é a favor do aborto, ninguém gostaria que ele fosse necessário. Mas é preciso ter ele como uma opção quando é o único caminho para que aquela pessoa fique melhor.

Como que as histórias de vida dessas mulheres te impactam?

As histórias próximas a você tem um impacto particular. Então aquela mulher que fala que foi violentada naquela praça que você sempre passa. Claro que os casos das meninas muito jovens também são muito chocantes. Temos um caso recente de uma menina de 14 anos estuprada por um padre e engravidou.

O que tem me chamado a atenção é a questão do "Boa noite, Cinderela", que está aparecendo mais. Temos muitas meninas que vão para festas, bebem o que estão acostumadas e de repente acordam no dia seguinte sozinhas num quarto ou numa calçada. Es-

sas coisas me impactam muito. Recentemente uma moça foi para o Rio de Janeiro de férias. À noite foi caminhar no calçadão e parou num quiosque para tomar um suco. No dia seguinte ela acordou num hostel sem nem saber como chegou lá. Claro que é muito doloroso você viver com a ideia de que foi estuprada e lembrar daquilo. Mas e não saber o que aconteceu? Não saber se foi um, dois ou 33 agressores?

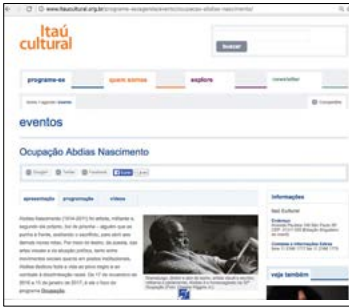
Quais cuidados que uma/um profissional da psicologia deve ter, na sua opinião, para garantir um acolhimento e cuidado ético e de qualidade a mulheres que sofreram violência e/ou que querem interromper uma gravidez?

O olhar sem julgamento, isso é o mais importante. Praticar a empatia, sempre se colocar no lugar da outra. Tentar entender como está essa pessoa. Por que ela quer interromper a gravidez? Afinal, fazer um aborto não é tirar uma unha encravada. É uma atitude responsável e na maioria dos casos é muito solitária. Mesmo nos casos de má formação do feto, que eu atendi muitos casais. O marido pega na mão na mulher, põe a mão no ombro dela e diz que a está apoiando, mas na hora H é a mulher que vai decidir e é sobre ela que recai a responsabilidade.



Foto: arquivo pessoal

EXPOSIÇÕES



Ocupação Abdias Nascimento

Até o dia 15 de janeiro o Itaú Cultural abre as portas para a exposição que traz o legado – entre documentos históricos, pinturas, fotografias e vídeos –

de um dos maiores ativistas dos direitos civis e humanos da população negra no Brasil. A trajetória de Abdias Nascimento (1914-2011) é contada nessa mostra em quatro eixos: “A mulher da banda de fora”, “Teatro dentro de mim”, “As borboletas de Franca” e “Sankofa”. Temas como o combate ao racismo, pan-africanismo, diáspora africana, ancestralidade e tradições religiosas de matriz africana são abordados relacionando a produção artística e política de Abdias. A entrada é gratuita e aberta ao público de terça a sexta-feira das 9h às 20h e aos sábados, domingos e feriados das 11h às 20h.

Portugal – portugueses: arte contemporânea

Integrando a “Trilogia da Matriz” organizada pelo Museu Afro Brasil, chega a São Paulo



uma exposição com obras de 40 artistas portugueses da atualidade. Entre os destaques estão Joana Vasconcelos e Helena Almeida. A mostra acontece até 8 de janeiro, de terça a domingo das 10h às 17h. A proposta da trilogia, desenvolvida pelo fundador e diretor curatorial do Museu Afro Brasil, é homenagear as raízes africana, portuguesa e indígena da cultura brasileira, à luz de uma leitura contemporânea.



Tribos

As 51 fotografias feitas por Daniela Schneider durante os últimos dois anos no Minhocão revelam o cotidiano dos moradores da efervescente região do centro de São Paulo.

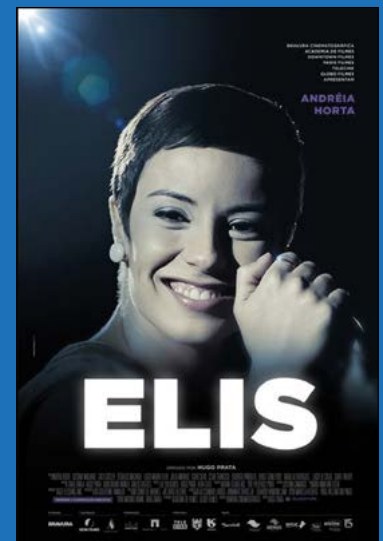
A série de janelas de apartamentos está

exposta gratuitamente na Galeria Fass até o dia 11 de fevereiro. Entre os trabalhos de Schneider, sempre de linguagem urbana, estão “Largo da Batata”, “Cicatrices da cidade” e “A cor em Heliópolis”.

CINEMA

Elis

A cinebiografia de Elis Regina (1945-1982) entra em cartaz, depois de ganhar prêmios de melhor atriz e melhor filme pelo júri popular em Gramado. Sob a voz das gravações originais da cantora gaúcha que marcou a música popular brasileira, a atriz Andreia Horta interpreta a personalidade forte



e o potente canto de Elis em meio a um universo masculino. Com roteiro de Luis Bolognesi e Vera Egito e estreia no cinema do diretor Hugo Prata, o longa acompanha a história da cantora na sua chegada ao Rio de Janeiro em 1964.

TEATRO



Só

Espectáculo do Grupo Sobrevento tem inspiração em “O desaparecido ou Amerika”, livro inacabado de Franz Kafka e trata do tema da solidão a partir de

cinco personagens que almejam realizar sonhos inalcançáveis. Com direção de Luiz André Cherubini e Sandra Vargas, as sessões acontecem aos sábados e domingos às 20h no Espaço Sobrevento, na zona leste de São Paulo. A peça é gratuita e fica em cartaz até 18 de dezembro.

Versão de Romeu e Julieta discute gênero

A montagem do Núcleo Experimental da obra mais conhecida de William Shakespeare conta a história justamente

de sete jovens numa cidade grande que resolvem ensaiar uma peça de Romeu e Julieta. A partir da mistura entre ficção e realidade, o espetáculo traz à tona questões a respeito dos papéis de gênero na nossa sociedade. As sessões acontecem até o dia 19 de dezembro: aos sábados e segundas-feiras às 21h e aos domingos às 19h, na Barra Funda.



MURAL



Campanha mundial dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

Com o propósito de dar visibilidade à violência contra as mulheres e promover formas de enfrentá-la, existe desde 1991 essa campanha mundial, criada originalmente pelo Centro de Liderança Global de Mulheres. A

escolha da duração de 16 dias de campanha é pela proposta de que comece no dia 25 de novembro (dia internacional da não violência contra a mulher) e vá até 10 de dezembro (dia internacional dos direitos humanos). No Brasil a mobilização acontece desde 2003 e tem início no dia da consciência negra, em 20 de novembro.

Aderindo à campanha, o CRP-SP lança uma série de vídeos de psicólogas compartilhando de seus saberes e fazeres cotidianos sobre as violências contra mulheres negras, LGBTQs, encarceradas, com deficiência, no trabalho, na escola e nas instituições.



Dia estadual de luta contra a medicalização da educação

No último dia 11 de novembro o CRP-SP realizou atividades simultâneas em diferentes subsedes para debater o tema e marcar a data definida pela Assembleia Legislativa

de São Paulo como o dia estadual de luta contra a medicalização da educação. “Os processos de medicalização da vida estão presentes constantemente em nosso cotidiano, e no campo da psicologia em sua interface com a educação temos constatado inúmeras crianças e adolescentes diagnosticadas, tratadas e muitas vezes medicadas, tidas como portadoras de transtornos e doenças por não se considerar a complexidade dos fenômenos e fatores multideterminantes envolvidos no processo de escolarização”, apresentou convocatória do Conselho.



I Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social

A iniciativa desse simpósio, que acontece entre os dias 20 e 22 de março de 2017 na PUC-SP, é do Instituto Silvia Lane e visa concretizar um dos últimos projetos concebidos pelo psicólogo Marcus Vinicius Oliveira – importante nome da psicologia brasileira comprometida socialmente, assassinado em fevereiro. Em sua homenagem, será lançado um memorial durante o evento que reunirá vídeos, textos, fotos e áudios. Para fazer a inscrição ou saber mais informações, acesse www.compromissosocial.org.br.

